



SENADO FEDERAL

CONCURSO PÚBLICO – EDITAL 1

PROVA OBJETIVA E DISCURSIVA

TARDE

ANALISTA LEGISLATIVO

CONTABILIDADE

NÍVEL SUPERIOR – TIPO 4 – AZUL



SUA PROVA

- Além deste caderno contendo **70 (setenta)** questões objetivas e **2 (duas)** questões discursivas, você receberá do fiscal de prova a folha de respostas e um caderno de textos destinado às respostas definitivas das questões discursivas.



TEMPO

- Você dispõe de **4 (quatro) horas e 30 (trinta) minutos** para a realização da prova, já incluído o tempo para a marcação do cartão de respostas e o preenchimento das folhas destinadas aos textos definitivos das questões discursivas.
- 3 (três) horas** após o início da prova, é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de prova.
- A partir dos **30 minutos** anteriores ao término da prova, é possível retirar-se da sala **levando o caderno de provas**.



NÃO SERÁ PERMITIDO

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova.
- Anotar informações relativas às respostas em qualquer outro meio que não seja o caderno de prova.
- Levantar da cadeira sem autorização do fiscal de sala.
- Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala.



INFORMAÇÕES GERAIS

- Verifique se seu caderno de questões está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, notifique **imediatamente** o fiscal da sala, para que sejam tomadas as devidas providências.
- Confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade, e leia atentamente as instruções para preencher o cartão de respostas e o caderno de textos destinado às respostas das questões discursivas.
- Use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul.
- Assine seu nome apenas no(s) espaço(s) reservado(s).
- Confira seu cargo, cor e tipo do caderno de provas. Caso tenha recebido caderno de cargo, cor ou tipo **diferente** do impresso em seu cartão de respostas, o fiscal deve ser **obrigatoriamente** informado para o devido registro na ata da sala.
- Reserve tempo suficiente para o preenchimento do seu cartão de respostas e do caderno de textos destinado às respostas das questões discursivas. O preenchimento é de sua responsabilidade e **não** será permitida a troca do cartão de resposta e do caderno de textos definitivos em caso de **erro** do candidato.
- Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas no cartão de respostas e no caderno de textos destinado às respostas das questões discursivas.
- A FGV coletará as impressões digitais dos candidatos na lista de presença.
- Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas.

Boa sorte!

MÓDULO I

Língua Portuguesa

1

Em todas as opções a seguir o enunciador fornece uma explicação sobre o que enuncia.

Assinale a opção que apresenta a frase em que o processo indicado para a explicação dada está identificado corretamente.

- (A) “Um método consiste em introduzir um pequeno balão na artéria (ou artéria coronariana, como dizem os médicos).” / a utilização de uma perífrase.
- (B) “Para falar por imagens, eu diria que você tem o hábito de comer o bolo e deixar as migalhas para os outros.” / o emprego de uma explicação, seguida de um comentário.
- (C) “A maioria dos legumes, como o chuchu, tem um gosto suave.” / o uso de mais precisão por meio de uma exemplificação.
- (D) “Eu te responderia: Punir, não. Penalizar objetivamente, sim. E não estou jogando com as palavras.” / utilização de uma definição de caráter individual.
- (E) “O cugar, também conhecido sob o nome de leão da montanha ou de puma, é, em regra geral, um solitário que evita qualquer contato com o homem.” / apelo a uma explicação por meio da etimologia da palavra.

2

Se o contato entre o enunciador e seu interlocutor deixa de existir, a comunicação fracassa.

Assinale a opção em que **não** ocorre qualquer processo de estabelecer-se uma tentativa de efetivar ou manter esse contato.

- (A) Senhores deputados, sejam bem-vindos a esse encontro.
- (B) Senhor Presidente, gostaria de pedir a palavra.
- (C) Viva a ignorância!
- (D) Você já imaginou as consequências de seu voto?
- (E) Nunca escreveram um livro tão bom.

3

Assinale a opção que apresenta o texto que se filia ao estilo literário naturalista.

- (A) “Trazia sempre a farda de cáqui e o boné com as iniciais da repartição; um chapéu-de-sol de cabo, que, quando não o trazia aberto, a protegê-lo contra os raios do sol, manejava como a bengala de um vigário de aldeia portuguesa, furando o chão e levantando-o, para pousá-lo de novo, à medida que executava as suas longas passadas.”
- (B) “Era homem de pouca altura, trazia a cabeça sempre erguida, testa reta e alta, queixo forte e largo, olhar firme, debaixo do seu pincenê de aros de ouro. Conquanto alguma coisa obeso, era deveras um velho simpático e respeitável; e, apesar da sua imponência de antigo burocrata, dos seus modos um tanto ríspidos e secos, todos o estimavam na proporção em que seu filho era desprezado e odiado.”
- (C) “Daí a impressão dolorosa que nos domina ao atravessarmos aquele ignoto trecho do sertão — quase um deserto — quer se aperte entre as dobras de serranias nuas ou se estire, monotonamente, em descampados grandes...”
- (D) “E naquela terra encharcada e fumegante, naquela umidade quente e lodosa, começou a minhocar, a esfervilhar, a crescer, um mundo, uma coisa viva, uma geração, que parecia brotar espontânea, ali mesmo, daquele lameiro, e multiplicar-se como larvas no esterco.”
- (E) “Não direi que fosse bonito, na significação mais ampla da palavra; mas tinha as feições corretas, a presença simpática, e reunia à graça natural a apurada elegância com que vestia. A cor do rosto era um tanto pálida, a pele lisa e fina. A fisionomia era plácida e indiferente, mal alumiada por um olhar de ordinário frio, e não poucas vezes morto.”

4

Leia o texto a seguir.

“Certos alpinistas possuem um sentido de tato extraordinário. Eles quase acariciam a montanha. Seus dedos tocam as rochas, apalpam docemente as suas partes lisas. Dir-se-ia que eles têm medo de queimar as mãos. Quando tocam uma ‘tomada’, um ponto de apoio, eles esfregam um pouco o rochedo, o arranham para retirar a terra e encontrar uma parte mais dura, mais rugosa. Então, é o instante de uma última carícia para verificar que a ‘tomada’ é boa e os dedos apertam o apoio. O alpinista pode subir um pouco mais...”

Sobre esse segmento textual, assinale a afirmativa correta.

- (A) Trata-se de um texto argumentativo cuja tese é a de que os bons alpinistas conhecem profundamente as montanhas.
- (B) Exemplifica um texto injuntivo, pois, por meio de sua leitura, motiva os leitores para experiências semelhantes.
- (C) Mostra um texto narrativo cujas ações são apresentadas em ordem sucessiva, cronológica.
- (D) Trata-se de um texto dissertativo expositivo cujo tema é o valor do tato para os alpinistas, comunicando conhecimentos.
- (E) Classifica-se como um texto descritivo, pois sua preocupação básica é indicar detalhes das ações dos alpinistas.

5

Analise o trecho a seguir de um recurso apresentado ao Departamento de Trânsito de um estado brasileiro.

“Beatriz Ribeiro, id. 01664257-8, com domicílio no Rio de Janeiro, na Rua Barata Ribeiro 146, apto. 805, Copacabana

EXPÕE

Que na sexta-feira passada deixou seu carro estacionado, durante cinco minutos, no ponto de táxis que se acha diante do Hotel Miramar, no bairro de Copacabana (como consta na multa nº 23.526 que o policial B-276 deixou presa em seu para-brisas), que teve que deixar seu carro estacionado nesse lugar para poder pegar seu pai idoso que estava deixando o hotel, devido ao fato de que o estacionamento do hotel estava em local um pouco afastado e problemático para a caminhada de seu pai.

Que tentou falar com o agente, mas este se negou a retirar a notificação de infração, pelo que

SOLICITA

Que lhe seja anulada a referida multa pelo fato de a infração ser devida a causas de força maior.

Rio de Janeiro, 13 de março de 2022.”

Sobre a escritura desse texto, assinale a afirmativa correta.

- (A) O texto obedece a uma estrutura rígida, inclusive pelo uso exclusivo da norma culta da língua.
- (B) O texto cita o evento ocorrido, seguido dos motivos legais para a anulação da multa cometida.
- (C) Os motivos enumerados pelo autor da infração seguem um ponto de vista exclusivamente subjetivo.
- (D) Os argumentos apresentados pela motorista se apoiam nas leis de proteção a pessoas da terceira idade.
- (E) O texto segue uma estrutura que procura clareza na exposição, em função mesmo do objetivo pretendido.

6

Em todos os segmentos a seguir ocorre um processo de nominalização que permite retomar a frase precedente.

Assinale a opção em que essa retomada foi feita de forma semanticamente adequada.

- (A) O Ministro da Educação escapou por pouco de uma colisão aérea; a ocorrência lhe poderia ter sido fatal.
- (B) Um tenista brasileiro subiu para o sétimo lugar na classificação mundial do tênis; essa involução deve servir de encorajamento para o brasileiro.
- (C) Um automóvel explodiu num dos quarteirões muçulmanos de Beirute; a desgraça fez 30 vítimas.
- (D) A fuselagem do Boeing japonês acidentado já teria apresentado fissuras; o acidente já teria sido denunciado por alguns especialistas.
- (E) A França protegerá pela força suas pesquisas nucleares na Polinésia; a coação foi contestada pelo partido comunista.

7

Um dos livros de Conan Doyle, criador de Sherlock Holmes, mostra um narrador jornalista que acompanha uma missão na Amazônia, sobre a qual ele envia notícias ao jornal para o qual trabalha.

“É necessário que eu volte atrás e que eu retome meu relato lá onde o deixei. Nós reenviamos à sua casa um de nossos índios, que se feriu, e eu lhe confiei uma carta, duvidando, no entanto, que ele chegue um dia a seu destinatário.

Quando eu lhe escrevi a última vez, nós estávamos no ponto de deixar a aldeia indígena perto da qual havíamos deixado o Esmeralda. Minha prestação de contas começará por notícias desagradáveis, pois esta tarde o primeiro conflito pessoal acabou de ocorrer.”

Assinale a opção que indica, para este caso, o comentário adequado sobre o processo narrativo.

- (A) O encarregado da narração relata fatos ocorridos entre os momentos da ação.
- (B) O texto narra fatos que ocorrem simultaneamente ao momento da narração.
- (C) O narrador informa sobre acontecimentos que o envolvem, fazendo do leitor seu confidente.
- (D) O relato se caracteriza por uma preocupação de dar todos os detalhes ligados à ação, por se tratar de uma obra de cunho realista.
- (E) Os fatos e acontecimentos narrados passam a ser do conhecimento dos leitores e, ao mesmo tempo, do destinatário da carta enviada.

Atenção: o texto a seguir refere-se às duas próximas questões.

Observe um trecho do discurso parlamentar do então deputado Carlos Lacerda sobre o projeto de fixar-se o texto da carta-testamento de Getúlio Vargas nas escolas públicas de São Paulo:

“Sr. Presidente:

O texto dessa carta, seja ela apócrifa ou não, é um texto de luta política, é um texto de pronunciamento apaixonado que se atribui a um homem no momento culminante da sua vida, isto é, no momento em que deliberou dar-se morte por suas próprias mãos. É um texto de paixão, é um texto de violência, é um texto que consagra o suicídio como norma para a decisão da vida de um homem. É, portanto, um texto, embora de autenticidade duvidosa, ou ainda que autêntico, diria mesmo, precisamente se autêntico, capaz de merecer o respeito até dos adversários daquele a quem se atribui a autoria, mas nunca para ser afixado e, muito menos, obrigatoriamente, nas escolas públicas de uma cidade de qualquer país. Porque: primeiro, o texto dessa carta faz o elogio do suicídio, o que não é, evidentemente, ensinamento a legar, ou a impor, ainda menos a impor, às crianças que frequentam as escolas públicas de uma cidade; segundo, é um texto de combate, de polêmica política, é um texto de violento revide, num momento de paixões desencadeadas dentro de uma situação histórica determinada. Não é o documento básico de uma nação. [...] É um texto, repito, cuja autenticidade está por ser demonstrada; mas, demonstrada que fosse ou venha a ser, não é, certamente, um texto para figurar nas paredes das escolas públicas. Primeiro, porque faz o elogio, faz a apologia da violência contra o próprio corpo pelo suicídio, solução extrema, solução que respeito, mas que não posso ver recomendada às crianças do meu País. E, ainda, porque o seu contexto, impregnado de paixão, digamos legítima - aceitemos -, de paixão compreensível, de revide mais do que respeitável até, mas de revide em todo o caso, não deve figurar à porta sacrossanta das escolas em que se forma a mentalidade das crianças brasileiras.”

8

O texto mostra um conjunto de segmentos que funcionam como argumentos contrários à afixação nas escolas públicas de São Paulo da carta deixada por Getúlio Vargas no dia em que se suicidou.

Assinale a opção que mostra o segmento que representa um contra-argumento.

- (A) “...o texto dessa carta faz o elogio do suicídio, o que não é, evidentemente, ensinamento a legar...”
- (B) “Não é o documento básico de uma nação.”
- (C) “...porque faz o elogio, faz a apologia da violência contra o próprio corpo pelo suicídio, solução extrema, solução que respeito, mas que não posso ver recomendada às crianças do meu País.”
- (D) “...porque o seu contexto, impregnado de paixão, digamos legítima - aceitemos -, de paixão compreensível, de revide mais do que respeitável até, mas de revide em todo o caso, não deve figurar à porta sacrossanta das escolas ...”
- (E) “...é um texto de pronunciamento apaixonado que se atribui a um homem no momento culminante da sua vida, isto é, no momento em que deliberou dar-se morte por suas próprias mãos.”

9

Abaixo estão cinco períodos do discurso de Carlos Lacerda. Assinale a opção em que o período apresenta um problema de estruturação.

- (A) Sr. Presidente, o texto dessa carta, seja ela apócrifa ou não, é um texto de luta política, é um texto de pronunciamento apaixonado que se atribui a um homem no momento culminante da sua vida, isto é, no momento em que deliberou dar-se morte por suas próprias mãos.
- (B) É um texto de paixão, é um texto de violência, é um texto que consagra o suicídio como norma para a decisão da vida de um homem.
- (C) É, portanto, um texto, embora de autenticidade duvidosa, ou ainda que autêntico, diria mesmo, precisamente se autêntico, capaz de merecer o respeito até dos adversários daquele a quem se atribui a autoria, mas nunca para ser afixado e, muito menos, obrigatoriamente, nas escolas públicas de uma cidade de qualquer país.
- (D) Porque: primeiro, o texto dessa carta faz o elogio do suicídio, o que não é, evidentemente, ensinamento a legar, ou a impor, ainda menos a impor, às crianças que frequentam as escolas públicas de uma cidade; segundo, é um texto de combate, de polêmica política, é um texto de violento revide, num momento de paixões desencadeadas dentro de uma situação histórica determinada.
- (E) É um texto, repito, cuja autenticidade está por ser demonstrada; mas, demonstrada que fosse ou venha a ser, não é, certamente, um texto para figurar nas paredes das escolas públicas.

10

Uma das características marcantes de um texto informativo é a sua objetividade.

Assinale a opção em que a segunda estruturação da frase é mais objetiva que a primeira.

- (A) Foi decidido que essa lei seria emendada. / Nós decidimos emendar essa lei.
- (B) O conserto do carro custou caro. / Consertou-se o carro, o que custou caro.
- (C) O autor do livro concedeu ontem uma entrevista. / Aquele que escreveu o livro concedeu uma entrevista ontem.
- (D) Nossa empresa só considerará os recursos dos candidatos detentores de um diploma universitário. / Só serão considerados os recursos dos candidatos detentores de um diploma universitário.
- (E) Três encomendas foram despachadas ontem. / Nosso serviço de encomendas despachou três ontem.

Raciocínio Lógico Matemático

11

João dispõe de objetos de madeira na forma de triângulos com um ângulo reto. Há triângulos de dois tipos: os de tipo 1 possuem dois catetos iguais medindo 1cm, os de tipo 2 também possuem dois catetos iguais, mas medindo 3cm.

Para montar um quadrado com 9cm de lado todo preenchido de triângulos, João pode escolher usar

- (A) 70 triângulos de tipo 1 e 10 triângulos de tipo 2.
- (B) 81 triângulos de tipo 1 e 8 triângulos de tipo 2.
- (C) 102 triângulos de tipo 1 e 6 triângulos de tipo 2.
- (D) 88 triângulos de tipo 1 e 8 triângulos de tipo 2.
- (E) 72 triângulos de tipo 1 e 10 triângulos de tipo 2.

12

Maria foi desafiada a calcular quantos números naturais que sejam múltiplos de 3 ou de 7 existem entre 1000 e 2000. Maria refletiu um pouco e respondeu corretamente:

- (A) 47
- (B) 284
- (C) 369
- (D) 428
- (E) 512

13

Uma sociedade empresária guarda documentos em 4 arquivos, numerados de 1 a 4. Por razões de segurança, a cada ano ela muda todos os documentos de arquivo, mantendo inalterado o número total de documentos em cada arquivo.

A mudança se dá de acordo com a tabela abaixo, em que, na linha i e coluna j está indicado o total de documentos transferidos do arquivo i para o arquivo j.

0	90	30	40
60	0	60	40
80	20	0	10
X	100	30	0

O número X de documentos transferidos do arquivo 4 para o 1 é igual a

- (A) 20
- (B) 30
- (C) 40
- (D) 50
- (E) 60

14

João propõe a Maria um jogo de apostas. Ele joga dois dados, pagando a ela 5 reais se saírem dois números não consecutivos.

Para que o jogo seja honesto, Maria deve, caso perca a aposta, pagar a João a quantia de

- (A) 12 reais.
- (B) 13 reais.
- (C) 14 reais.
- (D) 15 reais.
- (E) 16 reais.

15

Uma peça é colocada inicialmente na casa 1 de um tabuleiro composto de dez casas, numeradas de 1 a 10. A peça avança uma casa se um número par é obtido no lançamento de um dado. Caso o número obtido seja ímpar, a peça avança duas casas. O procedimento é repetido sucessivamente.

A probabilidade de a peça saltar a casa 8, indo direto para a casa 9, é de

- (A) 13/128.
- (B) 23/128.
- (C) 33/128.
- (D) 43/128.
- (E) 53/128.

16

Três candidatos disputam uma eleição presidencial. Segundo pesquisas eleitorais, no primeiro turno, os candidatos X, Y e Z têm 42%, 30% e 8% das preferências, respectivamente. Votarão em branco 13% dos eleitores, enquanto 7% votarão nulo. Votos brancos e nulos não são considerados votos válidos.

Há pressões para que Z desista da disputa, em particular porque um candidato que recebe mais da metade dos votos válidos é eleito, sem a necessidade de um segundo turno.

Em caso de desistência de Z, as pesquisas indicam que 50% de seus eleitores migrariam para a candidatura X e 40% optariam por Y, ficando o restante dividido entre votos brancos e nulos.

Nesse cenário de apenas dois candidatos, assinale a opção que, com base nos resultados das pesquisas, melhor aproxima o percentual de votos válidos que seriam dados a X.

- (A) 53%.
- (B) 55%.
- (C) 58%.
- (D) 61%.
- (E) 64%.

17

A **negativa** do dito

"Quem tudo quer tudo perde"

é

- (A) Quem tudo quer nem tudo perde.
- (B) Quem tudo quer nada perde.
- (C) Quem algo quer nem tudo perde.
- (D) Quem algo quer algo perde.
- (E) Quem algo quer nada perde.

Língua Inglesa

Read Text I and answer the two questions that follow it.

Text I



<https://dilbert.com/strip/2022-08-28Lawyer Burnout Is Still An Issue in 2021>

18

The main verb in “I might harbor negative feelings” is similar in meaning to

- (A) feign.
- (B) voice.
- (C) rouse.
- (D) hold.
- (E) vent.

19

The gist of this comic strip is the fact that

- (A) Dilbert set too many hurdles quite wittingly.
- (B) Tina believed Dilbert was too clever to be of help.
- (C) Dilbert thought the request was unreasonably odd.
- (D) Dilbert realized Tina would be asking something trivial.
- (E) Tina knew beforehand that the favour she asked was very complex.

Read Text II and answer the five questions that follow it.

Text II

Empowering the workforce of tomorrow: The role of business in tackling the skills mismatch among youth

The future of work is changing fast. Technology, socio-economic trends, and developments and crises like COVID-19 are changing the world of work and the demand for skills at a pace and depth that poses serious challenges to people, business, and society. Young people and future generations, especially when they are from disadvantaged groups, are disproportionately affected by these disruptions.

A key challenge to shaping a sustainable future of work is addressing the skills mismatch among youth. Despite young people around the world being more educated than ever before, hundreds of millions of individuals are coming of age and finding themselves unemployed and unemployable, lacking the right skills to take up the jobs available today and, even more, the skills that will be needed in the future. Neglecting the skills mismatch among youth can result in young people feeling disenfranchised and disillusioned about their prospects in the labor market, fueling social unrest, stunting economic growth and ultimately creating a more volatile operating environment for business.

In contrast, by equipping youth with relevant skills, businesses can empower young people, support their access to employment opportunities and enable them to thrive personally, professionally and as active members of society. Investing in the skills of young people has an essential role to play in helping to realize the ambitions of the Sustainable Development Goals (SDGs) and the World Business Council for Sustainable Development’s (WBCSD) Vision2050, which aims to create a world where over 9 billion people live well and within planetary boundaries by mid-century.

From: <https://www.unicef.org/media/103176/file/Empowering%20the%20workforce%20of%20tomorrow.pdf>

20

“Despite” in “Despite young people around the world being more educated” can be replaced without change in meaning by

- (A) since.
- (B) besides.
- (C) altogether.
- (D) throughout.
- (E) notwithstanding.

21

Based on Text II, mark the statements below as true (T) or false (F).

- () According to the text, the world of work is hardly being affected by current adversities.
- () Young people who have the opportunity to graduate are more prepared for the jobs of the future.
- () The problem of skills mismatch stretches beyond national borders.

The statements are, respectively,

- (A) T – F – T.
- (B) F – F – T.
- (C) F – T – T.
- (D) F – T – F.
- (E) T – F – F.

22

In the title, “tackling” implies that this is an issue businesses should be

- (A) leaving out.
- (B) passing over.
- (C) dealing with.
- (D) disposing of.
- (E) shrinking from.

23

The phrase “skills mismatch” indicates that there is a(n)

- (A) liability.
- (B) dullness.
- (C) evenness.
- (D) imbalance.
- (E) swindling.

24

The extract “stunting economic growth” (2nd paragraph) implies

- (A) hindering.
- (B) spreading.
- (C) arousing.
- (D) boosting.
- (E) keeping.

Direito Constitucional

25

Maria, servidora pública ocupante de cargo de provimento efetivo no Município *Alfa*, logrou ser eleita vereadora no Município *Beta*, situado em caráter contíguo a *Alfa*.

Nesse caso, à luz da sistemática constitucional, é correto afirmar que Maria

- (A) sempre pode optar pela remuneração mais elevada, ainda que só exerça uma das funções.
- (B) deve ser necessariamente afastada do seu cargo efetivo durante todo o exercício da vereança.
- (C) pode continuar a desempenhar ambas as funções públicas, recebendo as respectivas remunerações, desde que haja compatibilidade de horários.
- (D) deve necessariamente exercer ambas as funções, podendo receber as respectivas remunerações até o limite do teto remuneratório constitucional.
- (E) pode continuar a desempenhar ambas as funções públicas, desde que haja compatibilidade de horários, devendo receber a remuneração mais elevada, acrescida de 50%.

26

João, Antônio e Pedro travaram intenso debate em relação à participação do Poder Legislativo nas nomeações de ocupantes de cargos públicos realizadas pelo Presidente da República. João defendia que tanto a Câmara dos Deputados como o Senado Federal receberam a incumbência de aprovar as nomeações para certos cargos, conforme rol não exaustivo previsto na Constituição da República, que pode ser ampliado. Antônio, por sua vez, defendia que essa incumbência foi outorgada ao Senado Federal, não sendo possível que a lei ordinária amplie o rol de nomeações a serem previamente aprovadas.

Por fim, Pedro, embora reconhecesse que essa incumbência foi atribuída ao Senado Federal, tendo a ordem constitucional contemplado um rol não exaustivo de nomeações a serem aprovadas, passível de ser ampliado pela lei ordinária, ressaltava que a aprovação somente era necessária em relação a certas autoridades do Poder Executivo e do Poder Judiciário.

Considerando os balizamentos estabelecidos pela ordem constitucional, é possível afirmar que

- (A) João está certo e Antônio e Pedro estão parcialmente certos.
- (B) Antônio está certo e João e Pedro estão parcialmente certos.
- (C) Pedro está certo e João e Antônio estão parcialmente certos.
- (D) Pedro somente está errado em relação às autoridades cuja nomeação pressupõe aprovação.
- (E) João apenas está errado em relação à menção à existência de um rol não exaustivo das nomeações que exigem aprovação.

27

Como fora noticiado pela imprensa internacional, João, pessoa muito controversa e ex-Primeiro-Ministro do País XX, seria designado para atuar como embaixador junto à República Federativa do Brasil, o que gerou grande desconforto junto às autoridades brasileiras.

À luz da ordem constitucional brasileira, é correto afirmar que a atuação de João, como embaixador do País XX, junto à República Federativa do Brasil

- (A) é ato de soberania do País XX, cuja eficácia não pode ser obstada pelo Estado brasileiro.
- (B) pressupõe a edição do ato formal de recepção, de competência privativa do Presidente da República e suscetível de delegação.
- (C) pressupõe a edição do ato formal de acreditação, de competência privativa do Presidente da República e insuscetível de delegação.
- (D) pressupõe a edição do ato formal de reenvio, de competência privativa do Senado Federal e que não carece de chancela pelo Presidente da República.
- (E) pressupõe a edição do ato formal de aceitação, de competência privativa do Presidente da República, após aprovação pelo Senado Federal.

28

Maria, estudante de Direito, questionou o seu professor de Direito Constitucional a respeito do papel dos Tribunais de Justiça na elaboração da lei orçamentária anual, considerando o caráter hierarquizado do Poder Judiciário e a autonomia que ostenta perante o Poder Legislativo.

O professor respondeu corretamente que

- (A) o Poder Judiciário deve encaminhar a sua proposta orçamentária ao Poder Legislativo, que irá apreciá-la em conformidade com os balizamentos oferecidos pelo sistema.
- (B) a autonomia do Poder Judiciário não afasta a sua sujeição às normas editadas pelo Poder Legislativo, inclusive daquelas de natureza orçamentária, embora não participe do respectivo processo legislativo.
- (C) o Poder Judiciário deve encaminhar a sua proposta orçamentária ao Poder Executivo, o qual irá compatibilizá-la com as demais propostas recebidas, fazendo os ajustes que se fizerem necessários.
- (D) o Poder Judiciário deve se reunir com os demais Poderes e instituições constitucionalmente autônomas, de modo a elaborar uma proposta orçamentária de consenso, que será analisada pelo Poder Legislativo.
- (E) o Poder Judiciário deve encaminhar a sua proposta orçamentária ao Poder Executivo, o qual, caso não sejam observados os limites da lei de diretrizes orçamentárias, procederá aos ajustes necessários.

29

Ana e Juliana travaram intenso debate a respeito do controle concentrado de constitucionalidade realizado no Brasil, direcionando sua análise a alguns diplomas normativos que usaram como paradigmas de análise.

Ao final de suas reflexões, concluíram que, preenchidos os demais requisitos exigidos pelo sistema:

1. a Lei municipal nº XX/1992 pode ser objeto de arguição de descumprimento de preceito fundamental;
2. a Lei estadual nº YY/2020 pode ser objeto de ação declaratória de constitucionalidade; e
3. a Lei estadual nº WW/1987 pode ser objeto de ação direta de inconstitucionalidade.

À luz da sistemática vigente, é correto afirmar, em relação às conclusões alcançadas, que

- (A) todas estão corretas.
- (B) apenas as conclusões 1 e 2 estão corretas.
- (C) apenas as conclusões 2 e 3 estão corretas.
- (D) apenas a conclusão 1 está correta.
- (E) apenas a conclusão 2 está correta.

30

Ana, brasileira e moradora do Município *Alfa*, tomou conhecimento de que uma indústria localizada no Município *Beta* vinha despejando grande quantidade de resíduos sólidos no principal rio da região. Embora tivesse vinte e cinco anos de idade, sequer havia tirado o seu título de eleitor, permanecendo alheia a todos os eventos de interesse da coletividade, o que desejava mudar a partir de agora.

À luz desse quadro, Ana consultou um advogado a respeito da existência de alguma ação constitucional, que ela própria pudesse ajuizar, para obstar a continuidade dos despejos realizados no principal rio da região e para que a indústria fosse condenada à reparação dos danos causados.

Foi corretamente informado a Ana que

- (A) por estar com os direitos políticos suspensos, ela não teria legitimidade para ajuizar a ação constitucional cabível.
- (B) uma vez adquiridos os direitos políticos, o que ocorreria com o alistamento eleitoral, ela teria legitimidade para ajuizar a ação constitucional cabível.
- (C) a legitimidade para ajuizar a ação constitucional cabível, na hipótese em tela, consubstancia um direito fundamental, ao alcance de todo brasileiro, mas não dos estrangeiros.
- (D) no âmbito da iniciativa privada, somente as associações sem fins lucrativos têm legitimidade para ajuizar a ação constitucional cabível, não pessoas naturais como Ana.
- (E) a legitimidade para ajuizar a ação constitucional cabível, na hipótese em tela, consubstancia um direito fundamental, ao alcance de todo brasileiro, bem como do estrangeiro residente no território nacional.

31

O Prefeito do Município *Beta* editou o Decreto nº XX dispondo que a Lei Federal nº XX, que estabelecia normas de proteção ao meio ambiente, não deveria ser executada pela Administração Pública municipal. Em sua justificativa, argumentava que as normas eram muito rigorosas, dificultando sobremaneira a ocupação do solo do Município *Beta*, pois boa parte do seu território era formado por florestas.

Ao tomar conhecimento dos fatos, o Partido Político *Alfa* consultou o seu advogado a respeito da possibilidade de ser decretada intervenção no Município *Beta*, sendo-lhe corretamente respondido que

- (A) é possível que o Estado decrete a intervenção em *Beta*, o que pressupõe o provimento de representação pelo Tribunal de Justiça para prover a execução de lei.
- (B) por se tratar de descumprimento de lei federal, é possível que a União decrete a intervenção em *Beta*, o que depende de provimento de representação pelo Supremo Tribunal Federal.
- (C) é possível que o Estado decrete a intervenção em *Beta*, o que consubstancia ato espontâneo do Governador do Estado, que não carece de prévio acolhimento de representação pelo Tribunal de Justiça.
- (D) é possível que a União decrete a intervenção em *Beta*, o que consubstancia ato espontâneo do Presidente da República, que não carece de prévio acolhimento de representação pelo Supremo Tribunal Federal.
- (E) não é cabível a decretação de intervenção no Município *Beta*, quer pela União, quer pelo Estado, possibilidade só admitida em se tratando de desequilíbrio das finanças ou descumprimento dos direitos fundamentais.

Direito Administrativo

32

No bojo de determinado processo administrativo que tramita no Senado Federal, Joaquim, parte interessada no processo, apresentou no Supremo Tribunal Federal (STF) reclamação alegando violação de enunciado de súmula vinculante da Suprema Corte.

Consoante dispõe a Lei nº 9.784/1999,

- (A) não será conhecida a reclamação, porque a decisão impugnada ocorreu no âmbito de processo administrativo e não de processo judicial.
- (B) será conhecida a reclamação, apenas se a decisão impugnada tiver formado coisa julgada administrativa e envolver direito coletivo ou individual indisponível.
- (C) não será acolhida a reclamação, porque a legitimidade para propô-la junto ao STF é ostentada apenas pelo Ministério Público, partidos políticos e associações constituídas na forma da lei.
- (D) acolhida pelo STF a reclamação, dar-se-á ciência à autoridade prolatora para imediata adequação das decisões administrativas em casos semelhantes tomadas nos últimos cinco anos, sob pena de responsabilização pessoal na esfera administrativa.
- (E) acolhida pelo STF a reclamação, dar-se-á ciência à autoridade prolatora e ao órgão competente para o julgamento do recurso, que deverão adequar as futuras decisões administrativas em casos semelhantes, sob pena de responsabilização pessoal nas esferas cível, administrativa e penal.

33

Carla, servidora pública ocupante do cargo de Analista Legislativo do Senado Federal, no exercício da função, praticou conduta que causou danos materiais a Joana, usuária do serviço público. Joana ajuizou ação indenizatória e, no curso do processo, restou comprovado que a citada usuária do serviço agiu com culpa concorrente para o resultado danoso.

No caso em tela, aplica-se a responsabilidade civil

- (A) subjetiva, de maneira que é necessária a comprovação do dolo ou culpa de Carla e, apesar de não haver exclusão da responsabilidade do Senado Federal, haverá redução do valor indenizatório em razão da culpa concorrente de Joana.
- (B) subjetiva, de maneira que seria necessária a comprovação do dolo ou culpa de Carla, mas o pleito indenizatório deve ser julgado improcedente pela ruptura do nexo de causalidade, em razão da culpa concorrente de Joana.
- (C) objetiva, de maneira que é desnecessária a comprovação do dolo ou culpa de Carla e, apesar de não haver exclusão da responsabilidade da União, haverá redução do valor indenizatório em razão da culpa concorrente de Joana.
- (D) objetiva, de maneira que seria desnecessária a comprovação do dolo ou culpa de Carla, mas o pleito indenizatório deve ser julgado improcedente pela ruptura do nexo de causalidade, em razão da culpa concorrente de Joana.
- (E) objetiva, de maneira que seria desnecessária a comprovação do dolo ou culpa de Carla, mas o pleito indenizatório deve ser julgado improcedente pela ocorrência de caso fortuito ou força maior, em razão da culpa concorrente de Joana.

34

Em tema de controle externo da administração pública, a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, será exercida pelo

- (A) Congresso Nacional, com o auxílio da Procuradoria-Geral da República.
- (B) Congresso Nacional, com o auxílio do Tribunal de Contas da União.
- (C) Senado Federal, com o auxílio da Controladoria-Geral da União.
- (D) Senado Federal, com o auxílio do Ministério Público Federal.
- (E) Tribunal de Contas da União, com o auxílio da Procuradoria da Fazenda Nacional.

35

Jorge praticou determinada infração de trânsito em rodovia federal, de maneira que, como não havia urgência a recomendar o imediato guincho do veículo, policiais rodoviários federais, observadas as formalidades legais, apenas lavraram o correlato auto de infração. Em seguida, a Administração Pública Federal promoveu o regular processo administrativo para imposição de multa em desfavor do administrado Jorge, inclusive com as necessárias notificações da autuação e da aplicação da pena decorrente da infração, atendidos o contraditório e a ampla defesa.

Não obstante ter sido regularmente aplicada a citada multa, Jorge não a pagou, razão pela qual o caso foi encaminhado ao órgão responsável por promover sua cobrança, mediante ajuizamento de execução judicial.

No caso em tela, a imposição da multa de trânsito a Jorge decorre do atributo ato administrativo da

- (A) exigibilidade, como meio indireto de coação ao administrado, mas a necessidade de sua execução judicial afasta a presença do atributo da autoexecutoriedade.
- (B) imperatividade, com necessidade de chancela do Poder Judiciário para validade da sanção, mediante a presença do atributo da autoexecutoriedade.
- (C) executoriedade, como meio indireto de coação ao administrado, mas a necessidade de sua execução judicial afasta a presença do atributo da imperatividade.
- (D) tipicidade, que decorre da supremacia do interesse público, sem necessidade de prévia previsão legal, e a necessidade de sua execução judicial decorre do atributo da exigibilidade.
- (E) autoexecutoriedade, como meio indireto de coação ao administrado e necessidade de sua execução judicial decorre do atributo da coercibilidade.

36

Em matéria de disposições gerais sobre restrições de acesso à informação, o texto da Lei nº 12.527/2011 estabelece que

- (A) o acesso à informação necessária à tutela judicial ou administrativa de direitos fundamentais pode ser negado, desde que fundamentado em parecer subscrito por três servidores públicos de carreira.
- (B) as informações ou documentos que versem sobre condutas que impliquem violação dos direitos humanos praticada por agentes públicos ou a mando de autoridades públicas não poderão ser objeto de restrição de acesso.
- (C) a classificação da informação em determinado grau de sigilo deve observar o interesse público da informação e utilizar o critério mais restritivo possível, considerado o prazo máximo de restrição de acesso de vinte anos.
- (D) a informação em poder dos órgãos e das entidades públicas, observado o seu teor e o grau de sua imprescindibilidade à segurança da sociedade ou do Estado, é classificada como ultrassecreta quando possuir prazo máximo de restrição de acesso à informação de trinta anos.
- (E) o disposto na Lei de Acesso à Informação exclui as hipóteses de segredo industrial decorrentes da exploração direta de atividade econômica pelo Estado ou por pessoa física ou entidade privada que tenha qualquer vínculo com o poder público, diante da necessidade de sua ampla publicidade e transparência.

37

Em agosto de 2022, Cássio, servidor público ocupante do cargo de Analista Legislativo do Senado Federal, no exercício da função, de forma dolosa, facilitou a aquisição de determinados bens por preço superior ao de mercado, causando lesão ao erário.

Consoante dispõe a atual redação da Lei nº 8.429/92, após o devido processo legal no bojo de ação de improbidade administrativa, Cássio está sujeito, entre outras, à sanção de

- (A) perda da função pública, que atinge apenas o cargo de Analista Legislativo do Senado Federal.
- (B) pagamento de multa civil equivalente a até cem vezes o valor da remuneração percebida pelo agente.
- (C) suspensão dos direitos políticos até 8 (oito) anos, que somente poderá ser executada após o trânsito em julgado da sentença condenatória.
- (D) pagamento de multa civil equivalente ao dobro do valor do dano ao erário, podendo o magistrado aumentá-la até o quádruplo, se o juiz considerar que, em virtude da situação econômica do réu, o valor inicial é ineficaz para reprovação e prevenção do ato de improbidade.
- (E) perda da função pública, que atinge, em regra, o cargo de Analista Legislativo do Senado Federal, podendo o magistrado, contudo, e em caráter excepcional, estendê-la aos demais vínculos, consideradas as circunstâncias do caso e a gravidade da infração.

38

O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, ente da administração indireta, foi criado pela União, por lei específica, para exercer atividade típica de Estado de preservação do patrimônio cultural do país.

Consoante ensina a doutrina de Direito Administrativo, a União

- (A) exerce controle de legalidade sobre o IPHAN, mediante o exercício do poder hierárquico.
- (B) exerce controle finalístico sobre o IPHAN, mediante a supervisão ministerial, que não constitui exercício do poder hierárquico.
- (C) detém controle formal sobre o IPHAN, mediante o exercício do poder de estruturação interna de sua atividade decorrente do poder regulamentar.
- (D) não detém controle de legalidade sobre o IPHAN, mas exerce o poder de estruturação externa de sua atividade em decorrência do poder disciplinar.
- (E) não detém controle material sobre o IPHAN, por sua autonomia administrativa, mas possui o poder de estruturação interna de sua atividade, mediante o exercício do poder hierárquico.

39

Antônio, servidor público ocupante do cargo de Analista Legislativo do Senado Federal, cometeu falta disciplinar e, após cumpridas as formalidades legais, lhe foi aplicada a sanção de suspensão por 30 (trinta) dias.

No caso em tela, de acordo com a Lei nº 8.112/1990, a penalidade de suspensão

- (A) será convertida em multa, na base de 50% (cinquenta por cento) por dia de vencimento, diante da natureza e extensão da sanção, ficando Antônio obrigado a permanecer em serviço.
- (B) poderá ser convertida em multa, na base de 50% (cinquenta por cento) por dia de vencimento, se assim desejar Antônio, que tem direito subjetivo à conversão.
- (C) será convertida em multa, na base de 75% (setenta e cinco por cento) por dia de vencimento, diante da natureza e extensão da sanção, ficando Antônio obrigado a permanecer em serviço.
- (D) poderá ser convertida em multa, na base de 50% (cinquenta por cento) por dia de vencimento, quando houver conveniência para o serviço, ficando Antônio obrigado a permanecer em serviço.
- (E) poderá ser convertida em multa, na base de 75% (setenta e cinco por cento) por dia de vencimento, quando houver conveniência para o serviço, desde que Antônio concorde com a conversão.

40

Em junho de 2022, o Senado Federal iniciou processo administrativo tendente a verificar a possibilidade de contratação do serviço técnico especializado de natureza predominantemente intelectual com empresa de notória especialização na área de auditoria financeira. Após estudos sobre a economicidade da contratação, concluiu-se que o valor estimado do contrato administrativo a ser firmado é de seiscentos mil reais.

Auxiliando na instrução do mencionado processo administrativo, Fernanda, servidora pública ocupante do cargo de Analista Legislativo do Senado Federal, constatou que, conforme disposto na Lei nº 14.133/2021, a contratação pretendida

- (A) não pode ser feita sem prévia licitação, diante da natureza dos serviços a serem contratados.
- (B) não pode ser feita sem prévia licitação, na modalidade pregão, diante do valor de mercado estimado.
- (C) não pode ser feita sem prévia licitação, na modalidade diálogo competitivo, diante da natureza do objeto contratual.
- (D) pode ser feita sem prévia licitação, mediante dispensa de licitação, observadas as formalidades legais.
- (E) pode ser feita sem prévia licitação, mediante inexigibilidade de licitação, observadas as formalidades legais.

MÓDULO II

Conhecimentos Específicos

41

A *Companhia A* tem participação de 12% na *Companhia B*, com influência significativa. A participação societária está contabilizada no Balanço Patrimonial por R\$30.000.

Em 01/12/X0, a administração da *Cia. A* decidiu vender a participação na *Cia. B*. O nível hierárquico de gestão está comprometido com o plano de venda e com a localização de um comprador. Ainda, é esperado que a venda seja concluída em seis meses, pelo valor de R\$32.000.

Assinale a opção que indica a contabilização da participação na *Cia. B* no Balanço Patrimonial da *Cia. A* em 31/12/X0 e o montante contabilizado.

- (A) Investimentos / R\$30.000.
- (B) Ativo não Circulante mantido para venda / R\$30.000.
- (C) Investimentos / R\$32.000.
- (D) Ativo Realizável a Longo Prazo / R\$32.000.
- (E) Ativo não Circulante mantido para venda / R\$32.000.

42

Em 31/12/X0, uma sociedade empresária adquiriu as suas próprias ações por R\$5.000, contabilizando-as como "Ações em Tesouraria".

No ano de X1, a sociedade empresária vendeu estas ações a terceiros por R\$7.000 à vista.

Assinale a opção que indica os lançamentos contábeis referentes à venda das ações em X1.

- (A) D - Disponibilidades R\$7.000
C - Ações em tesouraria R\$7.000
- (B) D - Disponibilidades R\$7.000
C - Ações em tesouraria R\$5.000
C - Reserva de lucros R\$2.000
- (C) D - Disponibilidades R\$7.000
C - Ações em tesouraria R\$5.000
C - Reserva de capital R\$2.000
- (D) D - Disponibilidades R\$7.000
D - Ações em tesouraria R\$5.000
C - Reserva de capital R\$7.000
C - Reserva de lucros R\$5.000
- (E) D - Disponibilidades R\$7.000
D - Ações em tesouraria R\$5.000
C - Reserva de lucros R\$7.000
C - Reserva de capital R\$5.000

43

Uma fábrica faz uma estimativa de seus custos indiretos de produção e trabalha com uma taxa de aplicação, ajustando-a ao final do mês. A aplicação é baseada nas unidades produzidas.

Em janeiro de X0, a fábrica estimou que incorreria em R\$500.000 de custos indiretos de produção e que o volume produzido seria de 200.000 unidades. No entanto, os custos indiretos de produção foram de R\$516.600 e foram produzidas 180.000 unidades.

Assinale a opção que indica a variação total de custos indiretos de produção no mês.

- (A) R\$16.600.
- (B) R\$50.000.
- (C) R\$57.400.
- (D) R\$66.600.
- (E) R\$74.000.

44

De acordo com o Decreto nº 93.872/1986, os restos a pagar inscritos na condição de não processados e que não forem liquidados serão bloqueados pela Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda em 30 de junho do segundo ano subsequente ao de sua inscrição, e serão mantidos os referidos saldos em conta contábil específica no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI).

Não serão objeto de bloqueio os restos a pagar não processados relativos às despesas do Ministério

- (A) da Saúde.
- (B) da Economia.
- (C) da Educação.
- (D) de Relações Exteriores.
- (E) do Desenvolvimento Social.

45

O Balanco Orçamentário demonstrará, entre a previsão atualizada da receita e a dotação atualizada, uma situação de

- equilíbrio, por distinguir as receitas correntes das receitas de capital.
- equilíbrio, por contrastar as receitas previstas com as realizadas, detalhadas por categoria econômica e origem.
- equilíbrio, por conta da vedação da realização de operações de crédito que excedam o montante das despesas de capital, ressalvadas as autorizadas mediante créditos suplementares ou especiais.
- desequilíbrio, por manter saldo em superávit financeiro para ser utilizado no Balanço Patrimonial de exercícios posteriores.
- desequilíbrio, por utilizar o superávit financeiro de exercícios anteriores para abertura de créditos adicionais, apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior ao de referência.

46

De acordo com a NBC TA 700 - Formação da Opinião e Emissão do Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis, uma opinião não modificada é expressa pelo auditor quando ele conclui que

- a auditoria foi conduzida em conformidade com as normas de auditoria.
- todas as demonstrações contábeis auditadas no exercício devem receber o mesmo tipo de opinião.
- há concordância em relação ao relatório emitido no exercício anterior por outro auditor independente.
- as demonstrações contábeis auditadas recebem o mesmo tipo de opinião que as demonstrações auditadas no exercício anterior.
- as demonstrações contábeis são elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a estrutura de relatório financeiro aplicável.

47

De acordo com o Decreto nº 7.892/2013, quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador inicialmente convocará os fornecedores para

- aplicar uma multa.
- aplicar uma advertência.
- revogar a ata de registro de preços.
- comunicar que haverá novo processo de licitação.
- negociar a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

48

De acordo com o Decreto nº 7.983/2013, o preço global de referência será o resultante do custo global de referência acrescido do valor correspondente aos benefícios e às despesas indiretas.

Assinale a opção que apresenta o item que não deve ser evidenciado.

- Taxa de lucro.
- Taxa de risco do empreendimento.
- Taxa de seguro do empreendimento.
- Taxa de rateio da administração central.
- Percentual dos tributos de natureza direta e personalística incidente sobre o preço do serviço.

49

De acordo com a NBC TA (R1) - Planejamento da Auditoria de Demonstrações Contábeis, o planejamento da auditoria envolve a definição de estratégia global para o trabalho e o desenvolvimento do plano de auditoria.

Em relação a esse aspecto, avalie os itens a seguir:

- Auxiliar o auditor a identificar e resolver tempestivamente problemas potenciais.
- Auxiliar na seleção dos membros da equipe de trabalho com níveis apropriados de capacidade e competência para responderem aos riscos esperados e na alocação apropriada de tarefas.
- Facilitar a direção e a supervisão dos membros da equipe de trabalho e a revisão do seu trabalho.

Um planejamento adequado é benéfico para a auditoria das demonstrações contábeis em relação ao que se apresenta em

- I, somente.
- I e II, somente.
- I e III, somente.
- II e III, somente.
- I, II e III.

50

Em 31/12/X0, as Companhias *Gama* e *Delta* apresentavam os seguintes balanços patrimoniais:

	Cia Gama	Cia Delta
Ativo Circulante		
Disponibilidades	200.000	10.000
Ativo Imobilizado		
Terreno	20.000	40.000
Total do Ativo	220.000	50.000
Passivo não Circulante		
Empréstimos		14.000
Patrimônio Líquido		
Capital Social	220.000	36.000
Total do Passivo + PL	220.000	50.000

Em 01/01/X1, a Cia. *Gama* adquiriu 100% de participação da Cia. *Delta* por R\$60.000 à vista. Na data, foi estimado que:

- O terreno da Cia. *Delta* tinha valor justo de R\$45.000
- A marca tinha valor justo de R\$15.000
- O passivo tinha valor de mercado de R\$10.000.

Em 31/12/X1, foi feito um teste de recuperabilidade dos ativos e constatado que:

- O terreno da Cia. *Gama* tinha valor justo líquido de despesas de venda de R\$18.000, enquanto seu valor em uso era de R\$16.000.
- O terreno da Cia. *Delta* tinha valor justo líquido de despesas de venda de R\$42.000, enquanto seu valor em uso era de R\$38.000.
- A marca tinha valor justo líquido de despesas de venda de R\$12.000, enquanto seu valor em uso era de R\$16.000.

Assinale a opção que indica o saldo da conta Investimentos, apresentado no balanço patrimonial da Cia. *Gama*, em 31/12/X1.

- R\$50.000.
- R\$54.000.
- R\$55.000.
- R\$57.000.
- R\$60.000.

51

Uma instituição de ensino adquiriu dois terrenos, para serem utilizados para aluguel a terceiros, por R\$80.000 e por R\$100.000 respectivamente. Os terrenos são mensurados a valor justo, com efeito nas Demonstrações Contábeis.

No ano seguinte, avaliou-se que cada terreno tinha valor justo de R\$90.000.

O ganho e a perda proveniente da alteração no valor justo dos terrenos devem ser apresentados, respectivamente, na(s) seguinte(s) demonstração(ões) contábil(is):

- (A) Demonstração do Resultado do Exercício e Demonstração do Resultado do Exercício.
- (B) Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido e Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido.
- (C) Demonstração dos Resultados Abrangentes e Demonstração dos Resultados Abrangentes.
- (D) Demonstração do Resultado do Exercício e Demonstração dos Resultados Abrangentes.
- (E) Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido e Demonstração do Resultado do Exercício.

52

Uma sociedade empresária comercializa computadores. Cada computador é vendido por R\$4.000 e não possui garantia em caso de problemas técnicos.

A sociedade empresária oferece aos compradores a possibilidade de comprar o direito de garantia de dois anos por R\$600, sendo que o valor não é restituível.

É estimado que 20% dos computadores deverão apresentar problemas e irão requerer serviços, sendo que o conserto terá custo de R\$200 à sociedade empresária. Além disso, se ela não conseguir realizar o conserto de forma adequada, terá de pagar ao cliente uma indenização. É estimado que a indenização deverá ser paga a 10% dos computadores vendidos.

Em 02/01/X0, foram vendidos 10 computadores, sendo que quatro deles foram adquiridos junto com o direito de garantia.

Assinale a opção que indica a receita bruta de vendas da sociedade empresária no mês de janeiro de X0.

- (A) R\$36.100.
- (B) R\$38.400.
- (C) R\$40.000.
- (D) R\$40.100.
- (E) R\$42.400.

53

Em 31/12/X0, uma sociedade empresária apresentava os seguintes saldos em suas demonstrações contábeis:

- Juros incorridos de financiamentos: R\$12.000;
- Juros recebidos por atraso de pagamento de seus clientes: R\$16.000;
- Descontos concedidos incondicionalmente sobre o preço de venda: R\$5.000;
- Descontos concedidos a clientes por pagamentos antecipados de duplicatas: R\$8.000;
- Descontos obtidos por pagamento antecipado de duplicatas: R\$7.000;
- Despesas financeiras nominais de valores prefixados: R\$14.000;
- Prêmio de resgate de títulos e debêntures emitidos: R\$24.000;
- Receitas de títulos vinculados ao mercado aberto: R\$15.000.

Assinale a opção que indica o resultado financeiro contabilizado na Demonstração do Resultado do Exercício da sociedade empresária em 31/12/X0.

- (A) R\$11.000.
- (B) R\$21.000.
- (C) R\$27.000.
- (D) R\$28.000.
- (E) R\$29.000.

54

Na mensuração do valor justo de um imóvel, segundo o Pronunciamento Técnico CPC 46- Mensuração do Valor Justo, uma entidade deve levar em consideração, principalmente,

- (A) a localização do ativo.
- (B) os custos de transação.
- (C) as alíquotas dos impostos indiretos.
- (D) o preço de imóvel semelhante em outra cidade.
- (E) a cotação da moeda em que a empresa gera recursos.

55

De acordo com a NBC TSP 03 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, assinale a opção que indica um fato que deve ser reconhecido como provisão em uma entidade do setor público.

- (A) Um laboratório químico decide instalar filtros para proteger os empregados dos gases de certos produtos.
- (B) Um hospital planeja comprar um equipamento recém lançado para realizar exames de radiografia.
- (C) Uma entidade do setor público deve desativar uma usina nuclear de sua propriedade, em virtude dos danos causados à população.
- (D) Uma escola opta por oferecer refeições a seus alunos nos fins de semana para melhorar o rendimento nos estudos.
- (E) Uma repartição decide modificar os seus veículos para se enquadrar em controles de emissão de gases poluentes veiculares.

56

Uma sociedade empresária apresentou a seguinte Demonstração do Resultado do Exercício em 31/12/X0.

Receita de Vendas	500.000
Custo das Mercadorias Vendidas	-200.000
Lucro Bruto	300.000
Despesas operacionais	
Administrativas	150.000
Comerciais	80.000
Outras receitas e despesas operacionais	30.000
LAIR	560.000
IR	-190.400
Lucro Líquido	369.600

As despesas administrativas têm a seguinte composição:

- Despesa de depreciação: R\$50.000
- Salários (pagos imediatamente): R\$100.000

Já as despesas comerciais têm a seguinte composição:

- Comissão de vendedores (pagas à vista): R\$25.000
- Perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa: R\$20.000
- Depreciação: R\$35.000

Já as outras receitas e despesas operacionais têm a seguinte composição:

- Receita com a venda de ativos imobilizados (à vista): R\$85.000
- Baixa dos ativos imobilizados vendidos: R\$55.000

Assinale a opção que indica o lucro ajustado calculado para efeito da Demonstração dos Fluxos de Caixa, elaborada pelo método indireto.

- (A) R\$324.600.
 (B) R\$389.600.
 (C) R\$424.600.
 (D) R\$444.600.
 (E) R\$474.600.

57

Uma sociedade empresária apresentou os seguintes saldos em seu balanço patrimonial em 31/12/X0: Disponibilidades: R\$80.000; Capital Social: R\$80.000.

Durante o ano de X1, a sociedade empresária construiu uma máquina para utilizar em seus negócios. A máquina começou a ser utilizada em 01/01/X2.

Para financiar os gastos relacionados à construção, a sociedade empresária recorreu a um empréstimo de R\$50.000 em 01/01/X1. Os juros anuais são de R\$6.000 ao ano, e o empréstimo deverá ser pago em quatro anos.

Na construção da máquina, foram incorridos os seguintes gastos: salários dos empregados: R\$50.000, honorários de mão de obra terceirizada especializada: R\$20.000; materiais: R\$30.000.

Ainda, fora alugado um galpão que foi utilizado exclusivamente para a construção da máquina. O aluguel anual foi de R\$24.000.

Assinale a opção que indica o Valor Adicionado a Distribuir da sociedade empresária em 31/12/X1.

- (A) R\$30.000.
 (B) R\$50.000.
 (C) R\$60.000.
 (D) R\$80.000.
 (E) R\$100.000.

58

Uma entidade apresentava o seguinte balanço patrimonial em 31/12/X0:

Ativo Circulante	60.000	Passivo Circulante	5.000
Disponibilidades	10.000	Salários a pagar	5.000
Estoques	50.000	Passivo não Circulante	18.000
Ativo não Circulante	27.000	Empréstimos	18.000
Ativo realizável a longo prazo	20.000		
Clientes	12.000	Patrimônio Líquido	64.000
Imposto de Renda Diferido	8.000		
Investimentos	7.000		
Investimentos em controlada	7.000		
Total do Ativo	87.000	Passivo + PL	87.000

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 12 - Ajuste a Valor Presente, assinale a opção que apresenta os itens do balanço patrimonial apresentado que devem ser mensurados a valor presente.

- (A) Clientes e empréstimos, apenas.
 (B) Clientes, empréstimos e imposto sobre a renda diferido, apenas.
 (C) Clientes, empréstimos e estoques, apenas.
 (D) Clientes, empréstimos, estoques e investimentos em controladas, apenas.
 (E) Clientes, empréstimos, estoques e imposto sobre a renda diferido, apenas.

59

Em relação ao reconhecimento e à mensuração do *goodwill*, assinale a afirmativa correta.

- (A) No balanço patrimonial consolidado, é contabilizado como investimentos.
 (B) No balanço patrimonial individual da empresa controladora, é contabilizado como ativo intangível.
 (C) Nas demonstrações contábeis consolidadas, deve ser feito o teste por recuperabilidade de maneira isolada.
 (D) Nas demonstrações contábeis individuais da empresa controladora, deve ser feito o teste por recuperabilidade de maneira isolada.
 (E) Nas demonstrações contábeis individuais das empresas controladora e consolidadas, deve haver amortização pelo período esperado de retorno.

60

De acordo com a NBC TSP 07 – Ativo Imobilizado, ativos de infraestrutura são frequentemente encontrados em entidades do setor público.

As opções a seguir apresentam características desses ativos, à exceção de uma. Assinale-a.

- (A) Não são depreciados.
 (B) Não podem ser removidos.
 (C) São parte de um sistema ou de uma rede.
 (D) Podem estar sujeitos a restrições na alienação.
 (E) São especializados por natureza e não possuem usos alternativos.

61

De acordo com a NBC TA 200 (R1) - Objetivos Gerais do Auditor Independente e a Condução da Auditoria em Conformidade com Normas de Auditoria, o auditor deve aplicar o conceito de materialidade no planejamento e na execução da auditoria, na avaliação do efeito de distorções identificadas sobre a auditoria e de distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações contábeis.

Em geral, as distorções, inclusive as omissões, são consideradas relevantes quando

- (A) são apresentadas de modo claro e conciso.
- (B) são disponibilizadas a tempo de ser úteis aos tomadores de decisão.
- (C) é razoável esperar que influenciem as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas demonstrações contábeis.
- (D) permitem aos usuários identificar e compreender similaridades e diferenças entre elas.
- (E) fazem com que as demonstrações contábeis não representem de forma fidedigna a essência econômica dos fenômenos que pretendem representar.

62

A Cia. ABC, situada no Brasil, tem como moeda funcional o Real. A Companhia converte as suas demonstrações contábeis para dólares norte-americanos, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 02 (R2) - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis, considerando os atuais níveis de inflação do Brasil.

A Cia. ABC apresentava o seguinte balanço patrimonial em 31/12/X0:

Ativo Circulante	
Disponibilidades	45.000
Estoques	55.000
Total do Ativo	100.000
Passivo não Circulante	
Financiamentos	40.000
Patrimônio Líquido	
Capital Social	60.000
Passivo + PL	100.000

Os financiamentos foram obtidos no exterior, em dólares norte-americanos, e, sobre eles, incide variação cambial.

Em X1, a empresa vendeu 80% dos estoques por R\$110.000 à vista.

Considerando que a cotação da moeda norte-americana é de R\$5,00 em 31/12/X0 e de R\$5,50 em 31/12/X1, assinale a opção que indica o patrimônio líquido da Cia. ABC, aproximadamente, em dólares, em 31/12/X1. Desconsidere a incidência de impostos.

- (A) US\$21,091.
- (B) US\$22,182.
- (C) US\$23,272.
- (D) US\$28,182.
- (E) US\$30,182.

63

Em relação à utilização do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI) por entidades de caráter privado, assinale a afirmativa correta.

- (A) Podem utilizar o sistema, mediante pagamento de taxa mensal.
- (B) Podem utilizar o sistema, mediante autorização da Secretaria do Tesouro Nacional.
- (C) Devem utilizar o sistema sempre que houver interação com o setor público.
- (D) Não podem utilizar o sistema, uma vez que têm como objetivo o lucro.
- (E) Não podem utilizar o sistema, uma vez que ele é incompatível com as atividades do setor privado.

64

Em 31/12/X0, uma sociedade empresária apresentou os seguintes saldos em seu balanço patrimonial: Disponibilidades: R\$50.000; Capital Social: R\$50.000.

No ano de X1, a sociedade empresária adquiriu R\$40.000 em estoque à vista. Sobre a compra, incidiu alíquota de 18% de ICMS. Ainda, foram vendidos 80% do estoque, por R\$80.000 à vista. Sobre a venda, incidiu alíquota de 18% de ICMS.

No ano, foram reconhecidas e pagas despesas gerais, dedutíveis de imposto sobre a renda e contribuição social, no valor de R\$20.000. Ainda, a alíquota do imposto sobre a renda e contribuição social é de 34%.

Assinale a opção que indica o valor destinado a "Impostos, taxas e contribuições" na distribuição do Valor Adicionado no ano de X1.

- (A) R\$4.624,00.
- (B) R\$6.582,40.
- (C) R\$9.520,00.
- (D) R\$19.024,00.
- (E) R\$20.982,40.

65

Uma sociedade empresária presta serviços de manutenção de forma contínua a seus clientes. No ano de X0, ela vendeu 1.200 pacotes de manutenção, por R\$100 cada, à vista. A sociedade empresária estima que 10% destes clientes não deverão utilizar os seus serviços.

A prestação dos serviços para os clientes é terceirizada, sendo que o custo corresponde a 60% do valor da receita.

No final do ano, a sociedade empresária constatou que a previsão em relação à utilização dos serviços de manutenção estava correta.

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 47 - Receita de Contrato com o Cliente, assinale a opção que indica a receita líquida mensal referente aos serviços prestados de manutenção.

- (A) R\$4.800.
- (B) R\$5.400.
- (C) R\$7.200.
- (D) R\$9.000.
- (E) R\$10.000.

66

As Companhias *Alfa* e *Beta* apresentavam os seguintes balanços patrimoniais em 31/12/X0:

	Cia Alfa	Cia Beta
Ativo Circulante		
Disponibilidades	50.000	5.000
Ativo Imobilizado		
Terrenos		15.000
Total do Ativo	50.000	20.000
Patrimônio Líquido		
Capital Social	50.000	20.000
Total do PL	50.000	20.000

Na data, os terrenos da Cia. *Beta* tinham valor justo de R\$20.000.

Assinale a opção que indica, respectivamente, a ocorrência de compra vantajosa e qual é o valor que deve ser contabilizado na Demonstração do Resultado do Exercício referente a ela.

- (A) A Cia. *Alfa* compra 70% da Cia. *Beta* por R\$15.000 / R\$2.500.
- (B) A Cia. *Alfa* compra 80% da Cia. *Beta* por R\$20.000 / R\$1.500.
- (C) A Cia. *Alfa* compra 85% da Cia. *Beta* por R\$19.000 / R\$3.000.
- (D) A Cia. *Alfa* compra 90% da Cia. *Beta* por R\$22.000 / R\$1.000.
- (E) A Cia. *Alfa* compra 100% da Cia. *Beta* por R\$25.000 / zero.

67

No relatório do auditor independente, a primeira seção é chamada de "Opinião".

De acordo com a NBC TA 700 - Formação da Opinião e Emissão do Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis, essa seção deve

- (A) descrever a auditoria, especificando as responsabilidades do auditor.
- (B) declarar que a auditoria foi conduzida em conformidade com as normas de auditoria.
- (C) fazer referência às notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.
- (D) referenciar a seção que descreve as responsabilidades do auditor, segundo as normas de auditoria.
- (E) declarar que o auditor acredita que a evidência de auditoria obtida por ele é suficiente e apropriada para fundamentar sua opinião.

68

No ano de X0, os sócios de uma sociedade empresária aumentaram o seu capital social, integralizando R\$100.000, sendo R\$40.000 em estoques e R\$60.000 em terreno destinado à valorização.

No ano de X1, metade do estoque foi vendida por R\$50.000 à vista, enquanto o terreno foi vendido por R\$80.000 à vista.

Assinale a opção que indica, respectivamente, o fluxo de caixa gerado pelas atividades operacional, de investimento e de financiamento, contabilizados na Demonstração dos Fluxos de Caixa da sociedade empresária, em 31/12/X1.

- (A) R\$50.000 / R\$80.000 / zero.
- (B) R\$50.000 / zero / R\$80.000.
- (C) Zero / R\$80.000 / R\$50.000.
- (D) Zero / zero / R\$100.000.
- (E) Zero / zero / R\$130.000.

69

Uma universidade pública adquire, em novembro, X0 livros didáticos para serem vendidos aos alunos no início do período letivo de X1. O preço de venda dos livros deve corresponder a 70% do valor pago.

No balanço patrimonial de 31/12/X0, a mensuração dos livros deve se basear no seguinte critério:

- (A) Custo padrão.
- (B) Valor realizável líquido.
- (C) Custo de cumprimento.
- (D) Custo corrente corrigido.
- (E) Custo histórico corrigido.

70

Em relação aos métodos de custeio, assinale uma **desvantagem** do Custeio Variável.

- (A) O lucro líquido é afetado por conta de aumentos ou diminuições nos inventários.
- (B) Os estoques são subavaliados por conta da exclusão dos custos fixos para sua mensuração.
- (C) Os custos dos produtos são mensurados de modo subjetivo por conta da taxa de rateio utilizada para apropriação de determinados custos.
- (D) As projeções orçamentárias são de difícil realização por conta de minimizar os dispêndios necessários para a fabricação de produtos.
- (E) A alocação dos gastos indiretos é feita de modo racional por conta da distribuição proporcional dos custos de acordo com as atividades mais participativas do processo produtivo.

PROVA DISCURSIVA

QUESTÃO 1

A Cia XYZ apresentava em 31/12/X0 o seguinte balanço patrimonial:

Ativo Circulante		Patrimônio Líquido	
Disponibilidades	400.000	Capital Social	400.000
Total do Ativo	400.000	Total do PL	400.000

No ano de X1, a companhia foi acionada na justiça por um grupo de funcionários, que pediam R\$40.000, e por um grupo de clientes, que pediam R\$20.000. Os advogados estimavam que as causas teriam um desfecho em X1 e que a perda, nos dois casos, era provável.

No ano de X2, as duas causas foram julgadas. A Cia XYZ perdeu a primeira causa, tendo que pagar a seus funcionários R\$40.000, e ganhou a segunda, de modo que não precisaria pagar o montante previsto aos clientes.

Além disso, nos anos de X1 e de X2, a sociedade empresária contabilizou apenas receitas tributáveis, que foram, respectivamente, de R\$350.000 e de R\$300.000. Já as despesas, dedutíveis, foram, respectivamente, de R\$360.000 e R\$250.000.

Sabe-se ainda que a alíquota de imposto de renda e contribuição social era de 34% e que a companhia apresentava perspectivas de lucros futuros.

1. Apresente a composição do imposto de renda diferido em X0 e em X1.
2. Apresente o imposto de renda corrente em X0 e em X1.
3. Apresente o resultado líquido apresentado na Demonstração do Resultado do Exercício em X0 e em X1.

1

2

3

4

5

6

7

8

9

10

11

12

13

14

15

16

17

18

19

20

QUESTÃO 2

Em 31/12/X0, as Cias Alfa e Beta apresentavam os seguintes balanços patrimoniais:

	Cia Alfa	Cia Beta
Ativo Circulante		
Disponibilidades	50.000	14.000
Estoques		20.000
Investimentos		
Investimento (Cia Beta)	35.200	
Ativo Imobilizado		
Terreno		10.000
Total do Ativo	85.200	44.000
Patrimônio Líquido		
Capital Social	85.200	44.000
Total do Patrimônio Líquido	85.200	44.000

Em maio de X1, a Cia Alfa comprou todo o estoque da Cia Beta por R\$30.000, a prazo. Em julho de X1, a Cia Alfa vendeu 50% do estoque para terceiros por R\$16.000 à vista.

Ainda, em dezembro de X1, a Cia Alfa comprou o terreno da Cia Beta por R\$18.000 à vista.

Pede-se apresentar, desconsiderando a incidência de impostos:

- O resultado com equivalência patrimonial da Cia Alfa, contabilizado na Demonstração do Resultado do exercício em 31/12/X1.**
- O lucro líquido da Cia Alfa, da Cia Beta e do consolidado (controlador e não controlador), contabilizado na Demonstração do Resultado do exercício em 31/12/X1.**
- Os saldos apresentados na Demonstração do Resultado do Exercício consolidada e no Balanço Patrimonial consolidado em 31/12/X1.**

1

2

3

4

5

6

7

8

9

10

11

12

13

14

15

16

17

18

19

20

Realização

